



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 163 - Fevereiro 2011

NOSSA OPINIÃO

- A certificação definitivamente não é o caminho

FSC CONTINUA CERTIFICANDO O NÃO CERTIFICÁVEL

- FSC e Veracel Celulose: Certificação não confiável e não independente
- Brasil: O caso da Plantar - o FSC servindo para vender créditos de carbono

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Os povos indígenas isolados da Amazônia devem viver!

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

- Vamos dizer isso em todas as línguas

ARTIGOS NÃO DISPONÍVEIS EM PORTUGUÊS

- Chile: monocultivos forestales en territorios mapuches ¿con certificación FSC?
- South Africa: The killing of Baboon in FSC-certified timber plantations
- The world is watching as the Indonesia-Norway REDD deal stalls
- India: POSCO project approved but the struggle continues
- APP and Cartiere Pigna try to intimidate social denounces in Italy of deforestation in Indonesia

NOSSA OPINIÃO

- A certificação definitivamente não é o caminho

Há muitos anos o WRM denuncia que é inaceitável certificar plantações industriais de monoculturas de árvores em larga escala. O principal alvo tem sido o FSC por se apresentar ao mundo como o selo mais confiável e respeitado para produtos de madeira, inclusive porque conta, entre seus membros, com várias organizações não-governamentais.

O FSC já certificou milhões de hectares de monoculturas de árvores e continua com essa prática. Um exemplo é a certificação prevista para fevereiro/março deste ano

da *Chikweti Forests of Niassa*, uma empresa que tem causado muitos problemas para comunidades camponesas na província de Niassa, no norte de Moçambique (veja www.wrm.org.uy/boletim/161/opiniaio.html)

Geralmente, as comunidades diretamente afetadas são unânimes em afirmar que é impossível certificar as monoculturas de árvores em larga escala. Há muito tempo elas experimentam os prejuízos e a destruição que essas plantações causam. Algumas dessas comunidades puderam falar sobre isso num filme recente de dois jornalistas belgas e que trata da certificação FSC da Veracel Celulose (leia mais no artigo sobre Veracel e o FSC neste boletim). Outras comunidades impactadas, como as Mapuche, do Chile, dizem nesta edição que o problema fundamental é que as empresas certificadas não querem mudar seu '*modelo*' de produção, baseado '*em grande escala, em monocultivo expansivo y excluyente*'. Por isso, são incertificáveis.

No entanto, a questão da certificação de monoculturas de árvores continua dividindo ativistas, ONGs e consumidores nos países industrializados onde a maior parte do consumo de produtos de papel ocorre. Muitos dizem que reconhecem que há problemas, mas que o FSC ainda é a melhor opção. Mas será que esse é realmente o caminho a percorrer?

É bom lembrar como surgiu a idéia da certificação. Para isso, precisamos voltar para os anos de 1980, na Europa, quando a questão ambiental surgiu como um tema político relevante. Naquela década, ONGs européias organizaram grandes ações de boicote à madeira tropical com o intuito de evitar o seu consumo, já que analisavam que o consumo dessa madeira estava provocando a destruição das florestas no mundo. Foi uma época em que ficou claro que a exploração dos recursos naturais nos países do Sul para abastecer o Norte e seu padrão de produção e consumo estava causando danos irreversíveis, como o aquecimento global, um fenômeno que afetará todas e todos, mas principalmente os mais pobres.

Um resultado da preocupação global com o meio ambiente foi a Conferência sobre este tema no Rio de Janeiro, em 1992, que buscou discutir como levar o mundo a uma produção '*sustentável*'. A partir daí, as empresas, em vez de assumir sua responsabilidade e transformar seu modo de produção radicalmente, começaram a propor um '*desenvolvimento sustentável*' do seu jeito. Os problemas detectados foram, quase milagrosamente, transformados em '*oportunidades*' para um novo ciclo de crescimento, desta vez '*sustentável*'. Para as empresas que promovem as plantações em larga escala, a certificação era uma solução perfeita porque poderia definir suas práticas como '*sustentáveis*', valorizar seus produtos e acalmar os consumidores preocupados com a questão ambiental no planeta, sem afetar seus planos de expansão e, sobretudo, seus lucros.

Os governos e parte das ONGs deram sustentação a essa '*mensagem positiva*' de que era possível '*modernizar ecologicamente*' o modo de produção. Surgiram certificações para produtos de madeira (FSC) e também, ao longo dos anos, para produtos vindos de outras monoculturas como a Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável (*Round Table for Sustainable Oil Palm Production*) e a Soja Responsável. Com a certificação ganhando força, também foi fortalecida a ideia, no imaginário dos

consumidores, de que agora se poderia consumir, mas desde que fosse 'sustentável', 'certificada'! A época dos boicotes teria ficado no passado.

Mas à medida que cada vez mais plantações de monoculturas eram certificadas, aumentavam também as críticas. É interessante lembrar que essas críticas não vêm apenas do Sul, mas também do Norte. Várias ONGs já deixaram o FSC, como a Robin Wood da Alemanha. Inclusive, um estudo recente publicado pela Comissão Europeia

(<http://ec.europa.eu/environment/integration/research/newsalert/pdf/226na6.pdf>)

argumentou que o FSC não necessariamente reduz a pressão sobre o desmatamento, um argumento muito usado pelos defensores do certificado. E recentemente, um projeto para jovens de organizações Belgas e Finlandesas, chamado 'Movimento Justo' (*Fair Move*), escolheu a questão dos selos e certificações como tema de debate e reflexão. Gostariam de saber se os selos que estão no mercado, como o FSC, realmente são confiáveis. Que bom que exatamente os jovens questionam um selo que, há mais de 10 anos (!), garante 'sustentabilidade'.

Outros selos, por exemplo, para soja 'sustentável', também sofreram críticas. Um exemplo é uma carta publicada recentemente num jornal Belga por um grupo de ativistas de organizações belgas, dirigida a ONGs holandesas que participam da *Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS)*. O grupo diz na carta que *"um selo da Mesa Redonda para Soja Responsável para soja industrial não faz nada de relevante para o ser humano e para o meio ambiente. Ele engana o consumidor, que compra produtos com o selo do RTRS; também na Bélgica. E oferece uma lavagem verde para empresas como Monsanto, Cargill e Unilever."*

As críticas feitas aos selos como FSC apontam novamente para o debate que ficou no segundo plano com a prática da certificação: o padrão de consumo excessivo. Há uma necessidade urgente de reduzir o consumo de papel e incentivar a reciclagem e produção regional em escalas menores, com maior diversidade de árvores e benefícios para comunidades locais.

O FSC não questiona a necessidade dos inúmeros produtos descartáveis que resultam de uma plantação certificada para o bem-estar das pessoas e muito menos a empresa certificada que está, sobretudo, preocupada em aumentar suas vendas e lucros. Mais da metade do papel consumido no mundo é descartável, ou seja, pouco sustentável e questionável em termos de aumentar a 'qualidade de vida'. Aliás, a universalização do padrão de consumo ocidental é impossível, mesmo que passe pela certificação. No entanto, as empresas continuam estimulando o consumo, inclusive de novos produtos, chamados agora de 'sustentáveis', como se o consumismo desenfreado já não tivesse causado inúmeros problemas ao mundo como o aquecimento global. E se isso tudo não bastasse, o FSC também tem certificado plantações de monoculturas para armazenar carbono, sendo conivente com as falsas soluções para enfrentar o aquecimento global, como comenta o artigo sobre a empresa Plantar neste boletim.

Para finalizar, nossa primeira tarefa - e isso nos leva de volta ao motivo de dedicar alguns artigos deste boletim ao tema da certificação - é alertar o leitor e motivar as ONGs e consumidores em geral a se posicionarem sobre o tema. É necessário

avaliar criticamente o que a certificação de fato trouxe ao longo dos anos: um enfraquecimento das lutas das comunidades locais por seus direitos e recursos naturais e o fortalecimento de empresas que estimulam exatamente o consumo excessivo com vistas ao lucro. É necessário percorrer outros caminhos que não seja o da certificação.

[início](#)

FSC CONTINUA CERTIFICANDO O NÃO CERTIFICÁVEL

Dentro do sistema de certificação de projetos tudo pode acabar recebendo um “selo verde”, sempre que sejam cumpridas determinadas formalidades.

Mas a essência, as principais características dos projetos destrutivos permanecem inquestionadas. Trata-se, no caso das plantações de árvores, de características como a grande escala e sua contínua lógica de expansão, a monocultura e o conseguinte uso de produtos químicos perigosos, etc. Resulta um modelo que conduz à destruição, à extinção de biodiversidade, à exclusão e marginalização de comunidades, à alteração do clima.

Por isso devemos voltar a nos perguntar muitas vezes: o que a certificação deixou? No caso das monoculturas de árvores nossa resposta é que tem contribuído a fortalecer as empresas que estimulam o consumo excessivo, não se importando com as sequelas, e visando a maximizar seus lucros. Por outro lado, a certificação enfraquece as lutas das comunidades locais em defesa de seus direitos e recursos naturais, no enfrentamento a essas grandes empresas que avançam com seus “selos verdes”.

Dentro do sistema de certificação madeireira sobressai a responsabilidade que teve o FSC na expansão de milhões de hectares de monoculturas de árvores no mundo todo.

Já está na hora de isso ficar completamente claro, e os seguintes artigos deste boletim apontam para essa direção.

- FSC e Veracel Celulose: Certificação não confiável e não independente

Em 2007, a empresa SGS começou o processo de certificação da Veracel Celulose S/A na Bahia, Brasil, pelos princípios e critérios do FSC. A Veracel é uma empresa cujas proprietárias são a transnacional sueco-finlandesa Stora-Enso e a Fibria (ex-Aracruz). Ela possui cerca de 100 mil hectares plantados com a monocultura de eucalipto para celulose de exportação, dentro de um território total de mais de 200 mil hectares. Atualmente, está em fase de duplicação de sua fábrica e plantações.

A partir de 2004, o FSC iniciou uma revisão de sua prática de certificação de plantações de monoculturas de árvores, pois estava sendo muito criticado por movimentos e ONGs, inclusive pelo WRM. As críticas eram feitas devido ao fato de

que essas plantações causam grandes impactos negativos, conforme relatos de comunidades vizinhas a esses locais e estudos e levantamentos realizados em todos os países onde existe esse tipo de plantação. Por isso, a certificação da Veracel em 2007, uma empresa grande no ramo, era uma prova para que esses movimentos e ONGs avaliassem se o FSC havia mudado sua prática.

No entanto, o FSC não mudou. Em 2008, a SGS concedeu à Veracel o certificado FSC, ignorando diversas manifestações e protestos por parte de movimentos sociais e ONGs da Bahia, do restante do Brasil e do mundo, que denunciavam que essa empresa feria gravemente os princípios e critérios do FSC (1). Inclusive, o Conselho do FSC foi convidado para visitar a região e as comunidades impactadas, mas negou o convite (disponível em Inglês em: http://www.wrm.org.uy/countries/Brazil/Board_letter_07.pdf). Por meio da empresa certificadora, a SGS, que segundo o FSC é uma organização 'independente', a Veracel recebeu o selo e conseguiu, desde 2008, exportar milhões de toneladas de celulose, com o certificado do FSC.

Porém, a maneira como foi feita a certificação só foi questionada novamente alguns anos depois, após uma denúncia feita internacionalmente. Em 2010, dois jornalistas belgas, Leopold Broers e An-Katrien Lecluyse, tiveram a idéia de realizar um trabalho de campo durante três meses nas áreas do entorno da Veracel. O objetivo era verificar se a empresa merecia ou não o selo FSC. Diferente da prática da SGS e de muitos jornalistas que fazem apenas alguns dias de trabalho de campo, esses profissionais passaram alguns meses visitando as comunidades, conversando com moradores, além de ouvir a própria empresa. O resultado desse trabalho profundo foi um artigo na revista socioambiental MO-Magazine, da Bélgica, e um documentário de 40 minutos que estreou em janeiro deste ano na cidade Belga de Gand, com a participação de 250 pessoas. Além da exibição do filme, houve um debate posterior, com a participação de organizações como o próprio FSC e WWF-Bélgica.

Tanto o artigo quanto o filme deram uma grande contribuição às comunidades e movimentos sociais que resistem e lutam contra o poder e os impactos da Veracel. Seus representantes ganharam voz, tanto no filme quanto no artigo, bem diferente da forma como são tratados normalmente pelas autoridades, inclusive pela certificadora SGS do FSC. Denunciaram, por exemplo, que a Veracel ocupa ilegalmente terras devolutas, que pertencem ao Estado e não podem ser apropriadas por empresas privadas. Além disso, devem servir para produção de alimentos para o povo que ali vive e para a região entorno. Essas e outras comunidades conseguiram, através do trabalho desses jornalistas, se fazer ouvir na Europa e deixaram uma mensagem muito clara aos consumidores: vocês estão sendo enganados.

O que chamou a atenção dos presentes durante o debate foi que os representantes que defenderam o FSC falaram da 'independência' da certificadora, no caso a SGS, e da confiabilidade do selo, enquanto o filme mostrava claramente que o selo está longe de ser confiável devido às graves denúncias apresentadas. Portanto, fica complicado considerar que a SGS é uma empresa 'independente', ainda mais sabendo que foi a Veracel que contratou a empresa certificadora, ou seja, foi ela

quem pagou a SGS por aquele serviço.

A falta de independência da certificadora ficou ainda mais evidente depois da queixa oficial, apresentada ao FSC pelos jornalistas, com base nas denúncias levantadas. O FSC realizou, baseado na queixa, uma auditoria sobre o trabalho da SGS, cujo resultado saiu no mês de janeiro de 2011, ao mesmo tempo em que o filme dos jornalistas estreou. A recomendação da auditoria do FSC é a suspensão do credenciamento da SGS para realizar certificações no Brasil para o FSC, devido à sua atuação considerada 'insatisfatória'.

Apesar desse resultado positivo para as comunidades e movimentos impactados, ficam várias perguntas no ar: mas será que a Veracel continuará com o selo FSC? E por que só agora, depois que a Veracel já está quase há três anos com o selo, o setor de auditoria do FSC resolveu declarar que a SGS fez seu trabalho errado, dando indícios de que a Veracel realmente não atende aos princípios e critérios do FSC? É preciso um artigo, filme e queixa na Europa para que isso aconteça? Quanto tempo a mais o FSC continuará com a prática de deixar empresas como SGS fazer as avaliações para certificação, inclusive sendo pagos pela empresa a ser certificada? E o que o FSC pretende fazer em outros casos de áreas certificadas onde as comunidades não têm condição nenhuma de se deixar ouvir internacionalmente?

Diante de tudo isso, conclui-se que retirar o selo da Veracel e de todas as empresas certificadas pelo FSC que mantêm plantações de árvores em larga escala é fundamental para que o FSC, de fato, possa ser o diferencial entre os diferentes selos de 'sustentabilidade'. Manter o selo da Veracel Celulose e empresas semelhantes só evidencia para o mundo que o FSC pratica a maquiagem verde e, portanto, não é confiável.

(1) http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/Veracel_Certidao_Obito.html

[início](#)

- Brasil: O caso da Plantar - o FSC servindo para vender créditos de carbono

Empresas que promovem a monocultura de árvores em larga escala não estão em busca do selo do FSC apenas para valorizar seu produto final. Há empresas que usam o FSC para um fim bem específico e bem diferente: querem se credenciar para a venda de créditos de carbono, como é o caso da empresa Plantar S/A, no estado de Minas Gerais, Brasil.

Há mais de 10 anos, a empresa Plantar apresentou um projeto de venda de créditos de carbono ao Fundo Protótipo de Carbono (PCF – *Prototype Carbon Fund*), do Banco Mundial. Esse Fundo pretendia reunir projetos pilotos de comércio de carbono através do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), em diferentes setores produtivos, para que esses 'bons' exemplos pudessem ser multiplicados posteriormente.

No projeto original, a Plantar argumentava que necessitava do dinheiro da venda de

créditos de carbono para plantar 23,100 hectares de monocultura de eucalipto, a fim de que não fosse 'forçada' a usar o carvão mineral, outra fonte de energia, que segundo ela, era mais barata para produzir o ferro gusa na sua usina siderúrgica localizada na cidade de Sete Lagoas. A Plantar afirmava que o uso do carvão mineral, um combustível fóssil, emitiria mais carbono que o uso do carvão vegetal, que seria um "combustível renovável", além de ser produzido a partir do eucalipto, que seria replantado diversas vezes. Como o projeto envolvia plantações de eucalipto e, para o Banco Mundial, tratava-se de um projeto de referência, ele recebeu o selo FSC, que era uma garantia de um 'bom projeto', que praticaria um 'bom manejo florestal' nos 23.100 hectares.

A Plantar começou a ser certificada pelo FSC a partir de 1997. Vale ressaltar que, na época, foi divulgada a notícia de que a Plantar queria o certificado para sua produção de carvão para churrasco. No entanto, era estranho esse argumento, pois apenas uma parcela muito pequena de toda a produção das áreas certificadas seria destinada para isso, enquanto a maior parte do carvão iria para a usina de ferro-gusa da Plantar, em Sete Lagoas. Além disso, essa certificação, assim como muitas outras de monoculturas de árvores, foi muito criticada em função dos impactos negativos sobre o meio ambiente e as comunidades locais (1). Ficou cada vez mais evidente o interesse da Plantar em vender créditos de carbono e para isso precisava do FSC.

Chama a atenção que o FSC, no seu site, afirma que "fornece uma ligação credível entre a produção e consumo responsável para produtos florestais, possibilitando consumidores e empresas a tomar decisões de compra que beneficiem as pessoas e o meio ambiente (...)". Apesar dessa afirmação, o FSC, até agora, não tem tomado nenhuma posição clara em relação a empresas como a Plantar, que usam o FSC há anos para garantir sua comercialização de créditos de carbono. Até porque não é possível que os créditos de carbono se encaixem na categoria do 'consumo responsável'. Projetos de comércio de carbono se encaixam numa categoria bem diferente, a de falsas soluções para a crise climática.

Num documento específico sobre o 'carbono florestal', o FSC declara em dezembro de 2010 que "*não deveria evitar que seus beneficiários certificados tenham acesso a mercados de carbono, mas tem que assegurar que isso não cause riscos à reputação do FSC*" (2). No entanto, a venda dos créditos de carbono pela Plantar, de suas plantações certificadas pelo FSC, é mais um fator que contribui para diminuir a credibilidade do FSC.

Em setembro de 2010, dezenas de organizações e movimentos sociais do Brasil e do mundo entregaram mais uma vez uma carta ao Conselho Executivo do MDL da UNFCCC, protestando contra o registro oficial pela ONU do projeto de carbono da Plantar como um projeto de MDL. As organizações apontaram para os impactos negativos das plantações de eucalipto e afirmaram que os eucaliptos armazenam o carbono apenas temporariamente e que "*é inaceitável que o carbono armazenado nos eucaliptos justifique a emissão de uma quantidade equivalente de carbono da queima de combustíveis fósseis por empresas poluidoras da Europa*". O resultado é um aumento líquido de emissões de carbono, ou seja, trata-se de uma falsa solução para resolver o problema das mudanças climáticas. Apesar de mais essa

carta, a Plantar conseguiu registrar, em setembro de 2010, o último e mais polêmico componente do seu projeto MDL junto ao Conselho Executivo do órgão: as plantações de eucalipto como 'reservatórios' de carbono.

Apenas no dia 14 de fevereiro de 2011, o Conselho Executivo do CDM respondeu à carta de organizações e movimentos sociais sobre o projeto da Plantar. O Conselho disse que a preocupação da nossa carta era que o projeto da Plantar não contribuisse com o desenvolvimento sustentável no Brasil. Disse ainda que essa avaliação é da competência do Governo Brasileiro. Ou seja, o Conselho do CDM se esconde atrás da política oficial perversa do Brasil de expandir as monoculturas de árvores em larga escala para atender os interesses empresariais, causando inúmeros conflitos e impactos negativos no país. E mais, desconsidera aquilo que foi escrito e argumentado na carta das organizações e movimentos sociais sobre o fato que o projeto da Plantar apenas agrava a crise climática! Pelo menos isso deveriam responder, já que são os "especialistas" no assunto, mas não houve resposta nenhuma. É uma desconsideração total com a sociedade.

Espera-se agora que a Plantar e outras empresas do ramo tentem registrar mais projetos de carbono que possam garantir dinheiro e mais lucros para seus negócios. O 'Lorentzen Empreendimentos', comandado pelo Haakkon Lorentzen, filho do fundador da Aracruz Celulose S/A, a atual Fibria –, se aliou a Plantar numa nova empresa chamada Aflopar. Essa empresa já adquiriu nos últimos anos pelo menos 60 mil hectares de terras no estado de Minas Gerais (3).

O objetivo da Aflopar, segundo o Lorentzen, é produzir carvão, mas o Grupo também planeja desenvolver atividades no segmento do crédito de carbono, ou seja, vender esses créditos para empresas poluidoras interessadas na compra. Em outro artigo, o dono da Plantar, Geraldo Moura, afirmou o seguinte, depois de destacar a diferença em custos do uso do carvão vegetal e mineral: "*Quando as siderúrgicas movidas a carvão vegetal começarem a compensar essa diferença vendendo créditos de carbono, vão perceber que a substituição é um bom negócio*" (4).

Há muito tempo denunciemos a falta de credibilidade do FSC, enquanto este tem dado, em última instância, seu aval às monoculturas de árvores e contribuído para debilitar as lutas de resistência das comunidades impactadas. Se, além disso, o FSC começa a certificar as plantações que querem lucrar duplamente com créditos de carbono, apenas irá confirmar que o seu selo "verde" contribui para aumentar os lucros empresariais e ainda agravar a crise climática.

(1) www.wrm.org.uy/actores/FSC/certificaport.html

(2) http://www.fsc.org/fileadmin/web-data/public/document_center/News/Climate_change_news/FSC_FCWG_Issue_Paper_Carbon_FINAL.pdf

(3) Ferreira, Rodrigo, "Bioenergia e o mercado de carbono: oportunidades para a cadeia produtiva da siderurgia", apresentação powerpoint durante "Seminário Bases Bioenergéticas para uma Indústria Verde", 6 Abril 2010

(4) Herzog, Ana Luísa, "Agronegócio, eles querem florestas...", http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_270602.shtml?func=1&pag=0&fnt=9pt, Revista Exame, 02/2008

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Os povos indígenas isolados da Amazônia devem viver!

Sydney Possuelo, defensor dos direitos dos povos indígenas e ex-presidente da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) no Brasil, promoveu a demarcação do território indígena lanomâmi, o mais vasto do mundo, e a criação dos Frentes de Proteção Etno- ambientais para garantir a existência dos povos em isolamento.

No último mês de dezembro, Possuelo lançou uma “carta aberta” (em espanhol http://wrm.org.uy/paises/Carta_Possuelo_firmas.pdf) pedindo com veemência a proteção da vida dos últimos povos indígenas isolados da floresta amazônica.

É um apelo urgente pelo destino e os direitos humanos dos isolados que vivem no interior da Amazônia continental sul- americana, e cuja sobrevivência está mais ameaçada do que nunca pelo avanço das atividades extrativas como a mineração, a exploração petroleira e o agronegócio, as grandes obras de infra- estrutura e as políticas de desenvolvimento que as impulsionam.

Possuelo denuncia na carta que “nos últimos cinco anos, tenho visto interesse em tirar os isolados de suas terras para permitir assim a invasão de empresas petroleiras ou de mineração; tenho visto como são assinados decretos e outorgadas concessões para explorar recursos naturais em áreas onde habitam esses seres humanos; tenho visto índios mortos ou perseguidos por defender seus direitos; tenho sentido que continuamos considerando a Amazônia e os índios como um obstáculo para as estratégias de desenvolvimento, como a que encarna a Iniciativa para a Integração da Infra- estrutura Regional Sul- americana”.

A citada IIRSA é um plano multi- milionário que incentivam os países da América do Sul e os bancos multilaterais para implementarem mega projetos de transporte, energia e comunicações a fim de dotar a região da infra- estrutura para extrair, em dimensões nunca antes vistas, recursos naturais, commodities para sua exportação aos mercados mundiais. Para alguns, é o início do fim da biodiversidade amazônica, e com ela a sorte dos povos que dependem dela já estaria jogada.

Por isso, Possuelo prossegue denunciando dramaticamente que “Barragens, estradas, pontes estão sendo construídas na Amazônia, sem propor ações que de forma efetiva protejam os direitos desses povos, e se persistirem essas atitudes, o destino dos isolados já está determinado e eles desaparecerão”.

Atualmente, e é apenas um exemplo, continua a construção das polêmicas mega barragens hidrelétricas no rio Madeira, no estado de Rondônia. Elas fazem parte do chamado Programa de Aceleração do Crescimento (o temido PAC), impulsionado pelo governo brasileiro, uma engrenagem a mais da IIRSA citada. 44% da geração hidrelétrica planejada dentro do PAC- IIRSA afeta Territórios Indígenas legalmente

estabelecidos. Há mais de 200 projetos de construção de barragens. No caso do Madeira, o principal tributário do Amazonas, a geração de energia é apenas o início de um vasto empreendimento que inclui a construção de eclusas no rio para torná-lo navegável e transformá-lo, junto a uma rede de estradas, em um corredor internacional, comercial e agropecuário, produtor de soja e pecuarista, que arrasaria com o pouco que fica da floresta nessa área já devastada desde finais dos 90. O complexo está afetando de maneira direta os povos indígenas Karitiana e Karipuna, que estão se deslocando devido à elevação do nível das águas e seu impacto sobre a flora e a fauna da região ancestralmente habitada por eles.

Nesse sentido, Possuelo alerta sobre outro mega projeto que está prestes a ser concluído: o corredor viário entre o Brasil e o Peru, que unirá pela primeira vez na história, os dois oceanos do hemisfério ocidental: no trecho entre Assis Brasil, no Acre e Puerto Maldonado, em Madre de Dios, no Peru, uma região que faz limite com Pando na Bolívia, os caminhões passarão incessante e perigosamente muito próximos aos territórios povoados por eles. O que faremos para isso não significar mais ameaça à vida e mais devastação da floresta? É nossa oportunidade para mudar a história de sempre e evitar que chegue a hora fatal, a hora 25, quando já mais nada pode ser feito"- enfatiza o brasileiro, em referência aos povos em isolamento dos rios Tahuamanu, Las Piedras, Los Amigos e afluentes, ao norte do departamento peruano de Madre de Dios.

Possuelo conclui a carta com um clamor mais do que urgente: "A situação é crítica e todos deveríamos nos unir. Não podemos permitir que uma parte da humanidade seja extinta. Os isolados têm que viver. São nossa essência mais pura, nosso impulso mais vivo. Um mundo sem eles não valeria a pena e no futuro não haveria perdão para uma tragédia tão grande contra nós mesmos e o planeta".

A carta vem sendo apoiada por homens e mulheres do mundo inteiro. Reunidas as assinaturas, ela será encaminhada à ONU (Fórum Permanente de Questões Indígenas e Alto Comissariado para os Direitos Humanos), a todos os presidentes e aos ministérios públicos dos países onde ainda vivem povos isolados e/ou em contato inicial ou intermitente.

Os povos indígenas isolados da floresta devem viver! Esse deveria ser um compromisso de todos os seres humanos.

Para aderir à carta envie um correio eletrônico para endefensadelospueblosaislados@yahoo.com.ar, indicando nome, sobrenome, ocupação e país de origem.

Extratado e editado do artigo de Pablo Cingolani, correio eletrônico: pablocingolani@yahoo.com.ar, enviado pelo autor. O artigo na íntegra pode ser lido em <http://wrm.org.uy/paises/Cingolani.pdf>

[início](#)

- Vamos dizer isso em todas as línguas

No primeiro boletim do ano e no contexto do Ano Internacional das Florestas, nós compartilhamos com vocês a idéia de definir a floresta com seu verdadeiro significado, como ecossistema diverso, sustento de formas e meios de vida, rico em cores, texturas, aromas e sons.

Não buscamos uma definição enciclopédica, rígida, definitiva. Visamos a construir coletivamente um mosaico de significados, experiências e sonhos, imagens, poemas e canções, e inclusive receitas, que falem da floresta. "Se alguma vez as florestas desaparecerem, é aí que conheceremos o verdadeiro inferno na terra", nos escreveu um amigo chileno do WRM.

Incorporamos uma animação em nosso site (<http://www.wrm.org.uy/bosques.html>) que ilustra o que não é uma floresta. Talvez sirva de inspiração. Queremos que seja divulgada, e assim espalhar seu alcance traduzindo-a para todas as línguas possíveis, e para isso, contamos com vocês.

Como se traduz para o português, guarani, mandarim, quíchua, japonês, russo, árabe, alemão, híndi, tailandês, catalão, aimará, basco, malaio, suaíli, bahasa,? Envie sua tradução para wrm@wrm.org.uy!

[início](#)
